AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 4 – Nº 6 JUNHO DE 1980

Periódicos

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
16.VI.80
R-RJ

BRASIL CORREIO
CR$ 00250
M 10.557

ESCOLA ADMINISTRACAO EMPRESAS FGV
AV 9 DE JULHO 2029/10 ANDAR
SAO PAULO SP
BO19

19 JUN 1980
RECEBIDA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Tereza Lyra
Fruticultura	Iracema Bouza Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Raguenet Trocolli
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Horticultura	Rogério Carneiro Campello
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretária	Jorgina L. Lemos
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Atila Gomes
	Benjamin Grosskopf
	Deborah de Almeida Lima
	Marco Augusto Salles Teles
	Sônia Penha Paixão
	Teresa Dietra Pereira

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Comércio Exterior 2

Abastecimento 15

Comentários

Algodão. 20

Cacau 22

Feijão 24

Panorama Agropecuário

Nordeste 26

Acompanhamento das
Culturas Temporárias . . . 27

Mercado Externo. 33

Mercado Interno 35

Preços Relativos 37

BIBLIO[illegible] BOEDECKER
Escola [illegible] ção de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

Nos próximos anos, o setor agrícola brasileiro será chamado a contribuir de forma significativa para o crescimento das exportações brasileiras. Com efeito, boa parte da expectativa de que o Brasil seja capaz de equilibrar a sua balança comercial repousa no potencial de sua agricultura, que, por sua vez, reside na possibilidade de incorporar grandes quantidades de terra à produção e de aumentar substancialmente os rendimentos por hectare.

Em 1980, o valor das exportações agrícolas superará amplamente o resultado alcançado em 1979, graças, sobretudo, à maior receita obtida com as vendas de café, soja e açúcar. A receita adicional proveniente das exportações destes três produtos será da ordem de US$ 1,6 bilhão. No entanto, este resultado altamente positivo não pode ser projetado para o futuro sem algumas reservas. O estudo sobre Agricultura e Comércio Exterior, pág. 2, mostra, por exemplo, que o Brasil terá que enfrentar a forte concorrência de outros países produtores para continuar expandindo suas exportações de soja e para reconquistar os mercados perdidos no caso do café.

O arroz é também objeto de análise neste número de "Agroanalysis". O estudo da página 15 examina a evolução do consumo e da oferta deste produto de enorme importância social.

Cabe ressaltar, finalmente, o destaque dado à seca do Nordeste na seção "Panorama Agropecuário", que examina as conseqüências do fenômeno para a produção agrícola da região.

AGRICULTURA: PERSPECTIVAS NO MERCADO INTERNACIONAL

DE 74,2%, EM 1960, A PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS NAS VENDAS EXTERNAS BRASILEIRAS CAIU PARA 50% EM 1977, ANO EM QUE AS SAFRAS SE BENEFICIARAM DE BOAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS. APESAR DESTA QUEDA, OS PRODUTOS AGRÍCOLAS AINDA TÊM IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL PARA A BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS. O ARTIGO ANALISA OS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL, MOSTRANDO AS PERSPECTIVAS DO MERCADO INTERNACIONAL

Há cerca de vinte anos, as exportações agrícolas (café em grão, açúcar, algodão em rama e cacau em amêndoas) representavam 74,2% do total das vendas brasileiras, sendo que o café em grão, por si só, contribuía com 61%. Desde então, houve redução substancial na participação relativa da agricultura no comércio exterior do país, a tal ponto que, em 1977, ano em que as safras se beneficiaram de condições climáticas particularmente boas gerando substanciais excedentes exportáveis, a contribuição das exportações de produtos agrícolas limitou-se a 50% daquele mesmo total.

Esse fenômeno foi, em boa medida, uma conseqüência natural do rápido processo de industrialização registrado no período, embora tenha sido reforçado pela política de incentivos fiscais à exportação de manufaturados e pela decadência do Brasil no mercado cafeeiro mundial. Essa perda de mercado pode ser estimada em cerca de 5 milhões de sacas anuais, diferença entre o volume que o Brasil exportou em 1979 e o que vendia no começo da década de 60. Os incentivos à exportação de manufaturados, por outro lado, fizeram com que aumentasse a tendência à exportação de produtos agrícolas transformados, em detrimento do comércio com produtos "in natura". Assim é que as exportações de óleo de soja, óleo de mamona, manteiga de cacau, café industrializado e suco de laranja, bastante modestas há vinte anos atrás, representaram, em 1977, 8% das vendas externas e 22% do valor obtido com a exportação de produtos agrícolas "in natura".

A tendência à redução na participação relativa dos produtos agrícolas na pauta de exportações manteve-se mesmo no período 1972–1977, em que ocorreu alta generalizada das cotações desses produtos no mercado internacional, conforme mostra o Quadro 1.

Mas apesar da sua importância decrescente no comércio exterior brasileiro, as exportações de produtos agrícolas ainda têm importância estratégica fundamental para a balança comercial do país. Serve como exemplo a contribuição dada pelo se-

Agroanalysis, 4 (6) : 2 - 14, junho/1980

QUADRO 1

BRASIL

Evolução dos preços médios de exportação dos principais produtos de origem agropecuária — 1972 a 1977 — US$/tonelada

Discriminação	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. Café cru em grão	942,0	1 161,4	1 264,0	1 092,7	2 697,8	4 500,3
2. Farelo e torta de soja	108,4	267,2	149,2	148,6	181,8	214,8
3. Minério de ferro	7,6	8,1	9,6	12,7	14,8	15,5
4. Soja em grão	123,3	276,7	214,7	205,5	216,7	273,8
5. Cacau em amêndoa	578,5	1 069,4	1 617,1	1 247,6	1 697,9	4 046,1
6. Café industrializado	1 982,7	2 546,7	3 125,2	2 540,8	5 172,7	10 279,6
7. Açúcar demerara	152,9	193,3	553,5	623,3	253,8	181,3
8. Óleo de soja em bruto	244,8	358,4	829,6	580,7	385,6	562,7
9. Fumo em folha	738,3	919,2	1 082,4	1 446,1	1 593,5	1 840,8
10. Suco de laranja	476,1	525,9	545,6	454,5	480,8	829,0
11. Milho em grão	56,0	76,7	125,4	131,4	120,1	95,5
12. Açúcar refinado	203,0	271,0	589,8	580,7	281,8	208,4
13. Fios de algodão	1 184,3	1 532,2	2 344,4	1 617,7	1 983,4	2 284,5
14. Carne de boi industrializada	1 397,4	1 948,8	2 325,3	1 672,8	1 774,2	1 742,9
15. Manteiga de cacau	1 212,2	1 966,5	3 475,4	2 792,1	3 230,3	5 011,8
16. Peles e couros, curtidos e preparados	3 574,3	4 787,4	5 076,5	4 883,5	6 004,3	5 425,0
17. Óleo de mamona em bruto	423,2	932,6	824,3	569,6	543,8	872,6

Fontes: Boletim do Banco Central — dezembro/77; CACEX — mapa mensal de dezembro/77.
Reproduzido de **Conjuntura Econômica** fev. 1978.

tor agrícola para o reequilíbrio da balança comercial brasileira no período 1974—77. Naquela ocasião, era necessário colmatar uma brecha de US$ 4,7 bilhões na balança comercial brasileira. Ao cabo de três anos, esse déficit tinha sido convertido num excedente de US$ 140 milhões, graças, em grande parte, a um crescimento das exportações da ordem de US$ 4,2 bilhões, para o qual a agricultura contribuiu com 49% (sem contar o crescimento da exportação de produtos agrícolas manufaturados ou semi-manufaturados). Num momento em que a economia brasileira sofre o impacto de um novo aumento substancial do preço do petróleo, convém, portanto, examinar as perspectivas de mercado dos principais produtos agrícolas de exportação.

Apesar da redução substancial verificada no volume comercializado nos últimos anos, o café tem ocupado quase invariavelmente o 1º lugar dentre os produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Junto com o cacau, o açúcar e a soja, ele forma um conjunto responsável por quase 90% do valor das exportações de produtos agrícolas e 35% das vendas totais brasileiras. Por essa razão, procura-se, neste trabalho, explorar as condições de mercado que possivelmente determinarão a evolução dos preços destes quatro produtos nos próximos anos.

Geralmente, a tendência de médio prazo das cotações obedece a mudanças no que os analistas de mercado chamam de "fundamentos": o volume da produção, a quantidade a ser consumida e a variação dos estoques. A curto prazo, no entanto, os

preços podem refletir expectativas relacionadas com a situação política internacional, com a conjuntura interna de algum grande país produtor ou com a estabilidade das principais moedas de reserva. Na análise que é feita a seguir, no entanto, examinam-se, apenas, os "fundamentos" de mercado, já que a avaliação daquelas expectativas contêm elementos de difícil consideração.

AÇÚCAR

Para a balança comercial brasileira, o açúcar constitui-se na surpresa agradável do corrente ano. Em pouco mais de 12 meses, as cotações do produto, na bolsa de New York, multiplicavam-se por 4. É verdade que se esperava uma certa recuperação das cotações do açúcar, após mais de 3 anos de virtual estagnação. No começo de 1979, os mercados futuros do açúcar já registravam fortes expectativas de alta. A ratificação do Acordo Internacional do Açúcar, pelos EUA, no final de 1979, contribuiu para dar o empurrão inicial nas cotações. A corrida do açúcar acelerou-se no começo deste ano com o agravamento da tensão internacional e, após breve interrupção, ganhou novo ímpeto com o anúncio sucessivo das quebras nas safras da URSS, Cuba, Índia, México e Tailândia.

Mas, ainda que existam fatores que possam explicar a elevação das cotações do açúcar, o caráter extremamente acentuado da alta surpreendeu os

QUADRO 2

Estoques e preços nominal e real no mercado mundial de açúcar (1970/80)

Ano	Preço nominal US¢ / lb	Preço real *(1) US¢ / lb	Estoques milhão t	Estoque / Consumo (Em %)
1970	3,75	7,93	20,8	28,57
1971	4,52	9,27	16,6	22,22
1972	7,43	14,57	15,7	20,26
1973	9,61	16,57	17,5	21,88
1974	29,99	43,52	19,1	24,81
1975	20,49	27,34	21,2	26,80
1976	11,58	14,77	25,3	30,97
1977	8,25	9,91	31,0	36,21
1978	8,01	8,93	32,5	36,35
1979	9,76	10,08	29,2	32,09
1980	18,61 *(2)	18,03	26,00	28,00

NOTAS:
*(1) Preços colocados a nível de dez-79
*(2) Média até maio-80
FONTE: USDA

analistas. Sobretudo porque mesmo computando-se as quebras previstas na produção de alguns países produtores, a relação estoques/consumo deverá, ao final do ano, situar-se em torno de 28%, nível considerado satisfatório. E, a médio prazo, não há dúvida de que essa relação influencia fortemente a evolução dos preços, como mostra o Quadro 2.

Não obstante os estoques estarem em nível adequado, há três fatores a considerar que talvez expliquem a forte alta registrada nos preços do açúcar·

1) a queda verificada nos estoques, extremamente significativa em termos absolutos (5 milhões de t), mostrou que as reservas de açúcar, embora consideráveis, podem estar sujeitas a fortes flutuações, decorrentes da vulnerabilidade da lavoura canavieira às variações climáticas. Uma nova perda de estoques do mesmo montante reduziria as reservas a 21 milhões de t, configurando uma relação estoque/consumo perigosamente baixa;

2) as apreensões com relação à safra do próximo ano açucareiro. Primeiramente porque, no caso de Cuba, as quebras verificadas na produção foram parcialmente provocadas por um surto de ferrugem, doença cujo controle necessitará de tempo. Em seguida, porque, em razão dos preços baixos dos últimos 3 anos, não houve renovação adequada dos canaviais em alguns países produtores. Como o ciclo da cultura é de 18 meses, a oferta não poderá responder prontamente aos preços atuais;

3) o fato de que, num contexto de crescimento relativamente rápido da demanda internacional, o Brasil, um dos maiores exportadores mundiais, praticamente estabilizou a sua produção ao nível de 7 milhões de t anuais, desde 1977, desviando para a fabricação de álcool uma parcela crescente da cana colhida.

Num mercado que, este ano, mostrou-se fortemente especulativo, não é fácil fazer uma previ-

QUADRO 3

Receita em US$ milhões a ser obtida com a venda do açúcar pelo Brasil em 1980

Preço US¢/lb Quantidade em t	US¢ 20	US¢ 25
2,3 milhões	1 014	1 268
2,5 milhões	1 102	1 378

E R R A T A

Página 6 - 1a. coluna - 10a.linha
Onde se lê: " da ordem de 2,6 ..."
Leia-se: " da ordem de 2,5 ..."

Página 6 - 2a. coluna - 3º parágrafo - última linha
Onde se lê: " para 297 mil t, em 1978"
Leia-se: " para 297 mil t, em 1979"

são quanto à receita de divisas a ser arrecadada com a exportação de açúcar. Com a liberação das quotas pela OIA, o Brasil pode, em princípio, aumentar consideravelmente a quantidade exportada em relação ao ano passado. No entanto, levando-se em conta que não parece haver disposição por parte do governo em reduzir substancialmente os estoques domésticos de açúcar (atualmente em torno de 2 milhões de t), pode-se considerar um limite superior, para as vendas externas, da ordem de 2,6 milhões de t. Quanto ao preço, é bem possível que, após a alta extremamente rápida verificada no primeiro semestre, os últimos meses do corrente ano constituam-se num período de acomodação. Até abril, as 924.570 toneladas exportadas pelo Brasil tinham alcançado o preço médio de US¢ 15/lb. Tendo em vista, contudo, a alta registrada nos últimos dois meses, quando as cotações passaram de cerca de US¢ 20/lb para mais de US¢ 30/lb não parece excessivo considerar-se um preço médio de US¢ 20/lb para as exportações brasileiras deste ano, como hipótese de base. O Quadro 3 resume as possibilidades em termos de arrecadação de divisas com as exportações de açúcar em 1980, em função de duas hipóteses relativas à quantidade exportada e ao valor médio obtido com as exportações.

Receita de exportação alcança US$ 1 bilhão

Verifica-se que a receita em divisas deverá ficar em torno de US$ 1 bilhão, quase três vezes superior ao valor obtido em 1979.

Mais importante ainda, para o Brasil, é a possibilidade de que os preços externos se mantenham num patamar relativamente elevado nos próximos dois anos. Essa perspectiva parece razoável, levando-se em conta o longo período de desestímulo sofrido pela cultura, que certamente afetou o plantio, e a dificuldade dos países consumidores procederem, de imediato, a uma substituição em larga escala pelo xarope de milho. Por outro lado, a Comunidade Econômica Européia hesitará em expandir substancialmente sua produção de açúcar de beterraba, tendo em vista o risco de reversão da tendência do mercado e a necessidade, daí decorrente, de voltar a subsidiar pesadamente a comercialização do produto.

CACAU

Ao contrário do açúcar, o cacau é o elemento preocupante desta análise de perspectivas. De US¢ 155/lb, na bolsa de New York, no começo de 1979, as cotações cairiam, atualmente, ao nível de US¢ 110/lb, uma queda de 29% em pouco mais de 12 meses.

Essa baixa acentuada dos preços tem como causa principal o descompasso entre a produção e o consumo mundiais e, como fator agravante, a falta de entendimento entre os países produtores, no tocante a uma política de sustentação dos preços. Pelo terceiro ano consecutivo, a produção superou o consumo, contribuindo para situar os estoques em nível bastante elevado (equivalente a 40% de um ano de consumo mundial). O Quadro 4 mostra essa evolução e o resultante efeito negativo sobre os preços.

No período 1972—1979, as cotações estiveram em alta, devido à redução gradativa das safras de Gana e da Nigéria. A produção destes dois países, que alcançou 726,6 mil t na safra 1971/72, reduziu-se a apenas 415 mil t na estação 1978/79. O lento processo de decadência da lavoura cacaueira daqueles que eram, então, os dois principais produtores africanos, foi devidamente aproveitado pelo Brasil e pela Costa do Marfim, cujas produções, no mesmo período, saltaram, respectivamente, de 182,4 mil t e 179,6 mil t para 309,3 mil t e 312,0 mil t. Em conseqüência dessa nova configuração da produção mundial de cacau, o Brasil aumentou suas exportações de 175,0 mil t (equivalente amêndoas), em 1972, para 297,0 mil t, em 1978.

Verifica-se, no entanto, que o deficit oriundo da menor produção de Gana e Nigéria já foi devidamente compensado pelo crescimento da oferta de outros países, com destaque para o Brasil e Costa do Marfim (Quadro 5).

É interessante constatar, ao mesmo tempo, que o consumo mundial, após ter atingido o volu-

me de 1,583 milhão de t, em 1972/73, vem-se reduzindo gradativamente, limitando-se a apenas, 1,413 milhão de t em 1978.

Daqui para a frente, portanto, as possibilidades de exportação do Brasil, assim como a reversão da tendência de baixa dos preços, vão depender sobretudo de uma recuperação da demanda mundial. Essa recuperação, no entanto, torna-se extremamente problemática em razão da perspectiva de recessão nas principais economias ocidentais, o que fatalmente afetará a renda dos consumidores. É possível, contudo, que a permanência de preços baixos acabe desestimulando o uso de sucedâneos, contribuindo para um pequeno aumento do consumo de cacau.

É, porém, da atuação dos países produtores que vai depender o comportamento do mercado de cacau nos próximos meses. Até aqui, as tentativas de ação coordenada para sustentação das cotações fracassaram por escassez de recursos financeiros e pela falta de adesão de alguns países produtores. Essa, com efeito, é uma dificuldade antiga com relação ao mercado de cacau. Embora a produção mundial esteja concentrada em um número reduzido de produtores (Brasil, Gana, Nigéria e Costa do Marfim controlam 77 % da oferta mundial), o grau de dependência do produto por parte de alguns países, no tocante à arrecadação de divisas, põe sistematicamente a perder os esforços de sustentação dos preços.

As melhores chances de recuperação das cotações, contudo, residem num planejamento adequado da produção por parte dos países exportadores, sobretudo levando-se em conta que a estocagem do cacau por longos períodos ainda é bastante problemática. Nesse particular, o Brasil tem importante papel a desempenhar. O PROCACAU, baseado numa projeção otimista da demanda mundial (crescimento previsto da ordem de 3,5 % ao ano) programou uma expansão considerável da produção brasileira. Segundo os planos iniciais, que sofreram um certo atraso, o Brasil já deveria estar produzindo cerca de 314 mil t anuais. Em 1985, a meta é atingir o total de 428 mil t. Já é evidente, a esta altura, que esse ritmo de crescimento é incompatível com a tendência do consumo mundial; e manter as metas originais do PROCACAU contribuiria para deprimir mais ainda as cotações. No momento, o mais indicado seria concentrar esforços no aumento da produtividade (e, conseqüentemente, na redução de custos), ao invés de expandir fisicamente a produção.

É interessante observar, a propósito, que o preço atual corresponde, em termos reais, ao limite mínimo estimado pela CEPLAC como indispensável para viabilizar financeiramente o PROCACAU. A queda das cotações internacionais inquieta, também, porque, aliada à prefixação da taxa de correção cambial, acaba comprimindo a remuneração do produtor. Neste particular, os produtores de cacau praticamente não se beneficiaram da maxidesvalorização do cruzeiro, cujos efeitos foram anulados, em grande parte, pela queda das cotações, pela fixação de um imposto de exportação de 12% e pela defasagem, registrada desde dezembro, entre a inflação doméstica e o resultado acumulado das minidesvalorizações cambiais.

É possível, contudo, que o nível extremamente baixo já alcançado pelas cotações represente um patamar natural de sustentação, a partir do qual os países produtores poderão desenvolver uma política de valorização do produto. Para isto, no entanto, é indispensável obter a adesão de Gana e Nigéria e encontrar um mecanismo eficiente de financiamento dos estoques.

O fato de que a queda das cotações colocou os preços perigosamente perto dos custos de produção deveria contribuir para estimular a solidariedade entre os países produtores. O Brasil, por exemplo, já instituiu um preço mínimo de registro para as exportações de cacau da ordem de US¢ 120/lb; medida essa, no entanto, que só será eficaz se for adotada, igualmente, por outros países exportadores.

Com a queda registrada nas cotações, a receita em divisas, estimada inicialmente em US$ 1 bilhão, deverá situar-se, este ano, em torno de US$ 700 milhões. Para agravar o problema, existe o fato de que o cacau é uma lavoura de ciclo longo, de modo que qualquer esforço de contenção da produção, para evitar custos sociais elevados, terá que ser feito de forma gradativa.

QUADRO 4

CACAU – Evolução da produção, consumo, estoques mundiais e preços
1970/71 – 1979/80

1.000 t

	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 *
Estoque no início do período	500	603	645	459	408	470	455	381	515	583
Produção	1 513	1 573	1 397	1 434	1 539	1 484	1 336	1 494	1 481	1 519
Consumo	1 410	1 531	1 583	1 485	1 477	1 499	1 410	1 360	1 413	1 478
Estoque no final do período	603	645	459	408	470	455	381	515	583	624
% do estoque final em relação ao consumo do ano seguinte	39,39	40,75	30,91	27,62	31,35	32,27	28,01	36,45	39,44	41,60
Preços * * (Em US¢ / lb)	24,0	28,6	50,7	69,7	54,9	92,0	167,2	150,8	146,0	128,64

NOTA: Moagens no período 80/81 estimadas em 1,5 milhão de t.

* Estimativa

** Preços calculados com base na média diária dos 3 primeiros futuros da bolsa de Nova Iorque

FONTE: Organização Internacional do Cacau

QUADRO 5

CACAU – Produção mundial – Principais países produtores
1970/71 – 1979/80

1.000 t

País \ Safra	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 *
Camarões	112,0	123,0	106,9	110,0	118,0	96,0	82,0	108,2	108,0	110,0
Gana	406,0	470,0	415,7	343,0	381,6	396,0	324,0	271,3	265,0	300,0
Costa do Marfim	179,6	225,8	185,4	210,0	241,0	227,3	230,0	303,6	312,0	300,0
Nigéria	304,8	256,6	241,1	215,0	214,0	215,0	165,0	202,0	150,0	160,0
Brasil	182,4	164,3	158,7	242,4	265,5	251,1	226,2	279,3	309,3	310,0
Equador	71,6	64,9	54,0	71,3	75,3	60,0	72,3	80,0	78,0	82,0
Colômbia	21,0	22,0	23,0	24,5	26,0	26,0	28,0	28,0	31,0	33,0
México	25,0	30,0	29,6	28,1	32,0	33,1	24,2	34,7	35,7	39,2
Outros	225,6	232,4	196,6	203,7	201,6	194,2	197,3	201,9	207,0	199,8
Total	1 528	1 589	1 411	1 448	1 555	1 499	1 349	1 509	1 496	1 534

* Estimativa

FONTE: Organização Internacional do Cacau

Agroanalysis, 4 (6) : 2 - 14, junho/1980

SOJA

O mercado mundial de soja, finalmente, está entrando em nova fase, caracterizada provavelmente por um crescimento mais lento da demanda e por um acirramento da concorrência entre países exportadores. No período 1968-75, o mercado mundial de soja e de seus derivados ampliou-se rapidamente provocando profundas modificações no comércio das oleaginosas e dos farelos destinados à fabricação de rações. O Quadro 6 mostra a dimensão deste fenômeno do qual o Brasil beneficiou-se amplamente, inscrevendo a soja entre os seus principais produtos de exportação.

Esse vertiginoso crescimento da demanda teve três componentes principais: a intensificação da criação de rebanhos em regime de confinamento, tanto na Europa Ocidental quanto nos EUA; a expansão simultânea dos rebanhos nestes dois mercados, onde o plantel bovino esteve praticamente estagnado até o início dos anos 70; e, finalmente, a crescente participação da soja no esmagamento de oleaginosas, graças à maior quantidade de farelo rico em proteínas que pode ser extraída.

O primeiro desses fatores corresponde a uma mudança tecnológica cujos efeitos, embora duradouros, tendem a se esgotar no tempo. Uma vez atingido um novo patamar, em que a produção corresponde à demanda potencial estimulada por essa mudança, o mercado deverá crescer de forma mais lenta. Desde 1975 já se constata uma certa desaceleração da demanda que poderá acentuar-se nos anos vindouros. Por outro lado, o consumo de proteínas de origem animal já alcançou nível satisfatório na Europa e nos EUA, sendo pouco provável que retorne às taxas de crescimento da década de 60. E, finalmente, a participação relativa do farelo de soja no mercado de farelos proteínicos parece ter-se estabilizado, desde 1975, em torno de 60%. E a menos que a cotação da soja caia muito em relação aos preços das demais oleaginosas, essa proporção não deverá experimentar nova elevação substancial.

Sendo assim, Brasil e Estados Unidos, os dois maiores beneficiários da enorme expansão do mercado registrada nas duas últimas décadas, terão que ajustar o ritmo de crescimento da sua produção à nova realidade do mercado. Nos últimos 7 anos, a produção brasileira saltou de 5 milhões de t para quase 15 milhões de t, enquanto a safra dos Estados Unidos praticamente dobrou, passando de 34,5 milhões de t para 61,7 milhões de t. É óbvio, portanto, que as safras desses dois países estão em rota de colisão. Determinar quem cederá o passo nessa concorrência que se anuncia crescente, é tarefa ainda prematura. Tudo dependerá, em última instância, da capacidade dos produtores brasileiros produzirem soja a custos inferiores aos do agricultor americano. E, ambos, terão, provavelmente, que se defrontar com um preço internacional decrescente, em termos de dólares de valor constante. Nas últimas quatro safras, a relação entre a cotação internacional da soja (convertida em Cr$ segundo a taxa média anual de câmbio) e o custo de produção levantado pela FECOTRIGO caiu de 2,36 para 1,46. Essa tendência de declínio nos preços, que começou a delinear-se na safra 1972/73, poderá se manter nos próximos anos.

Tendência dos preços é declinante

No entanto, não se deve esperar uma queda durável das cotações, pois a soja, planta de ciclo curto, permite que os produtores ajustem rapidamente a produção às variações de preço.

A arrecadação de divisas com a exportação da soja e seus derivados, deverá alcançar, este ano, US$ 2,2 bilhões se as vendas externas, que até o momento têm-se mostrado relativamente lentas, forem ativadas daqui para a frente. De outra forma, o grosso da produção brasileira acabará sendo comercializado às vésperas da entrada da safra americana, quando as cotações poderão estar em nível mais baixo.

QUADRO 6

Exportação mundial de soja e derivados
1964/65 – 1979/80
(em 1.000 t)

	Grão	Farelo	Óleo
1964/65	5 459	7 542	1 769
1965/66	5 937	8 398	1 718
1966/67	6 418	9 009	1 949
1967/68	6 906	9 853	1 977
1968/69	14 291	10 694	2 058
1969/70	10 099	14 305	2 938
1970/71	9 732	14 756	2 972
1971/72	10 738	15 746	3 054
1972/73	12 108	18 144	3 253
1973/74	13 410	20 395	3 807
1974/75	26 397	20 070	3 530
1975/76	15 439	24 896	4 502
1976/77	18 396	23 634	4 850
1977/78	22 485	29 999	4 890
1978/79 (1)	24 255	31 332	n d
1979/80 (2)	26 660	33 985	n d

NOTAS:
(1) estimativa;
(2) previsão

FONTES: Foreign Agriculture Circular e Funcex

CAFÉ

O Brasil já começa a colher os primeiros frutos das mudanças introduzidas na política cafeeira do país no começo deste ano. A decisão de tornar mais competitivo o preço do café brasileiro, resultou no fechamento, durante o 1º trimestre, de contratos de venda de 12 milhões de sacas, volume equivalente ao total das exportações do ano passado. Até o momento já foram registradas para exportação 8,4 milhões de sacas, que serão embarcadas até julho.

Ao ajustar automaticamente o preço do café brasileiro às cotações de seus principais concorrentes, o IBC mostrou sua disposição de reconquistar parte do mercado perdido nos últimos anos. Essa participação decrescente no mercado mundial, detonada pela iniciativa unilateral de sustentação dos preços pelo Brasil (a chamada política do "guarda–chuva"), agravou-se com os efeitos danosos da geada de 1975 sobre a produção brasileira (ver Quadro 7).

A nova estratégia de vendas do IBC parece ditada, de um lado, pela urgente necessidade que tem o país de aumentar a sua receita de exportação e, de outro, pela perspectiva de recuperação da produção brasileira nos próximos anos, o que recomenda, desde já, um esforço para reverter a tendência de participação decrescente do Brasil no mercado internacional.

Tendo em vista, contudo, o ritmo lento de crescimento do consumo mundial (ver Quadro 8), a ampliação das exportações brasileiras terá forçosamente que ser obtida em prejuízo de outros países produtores.

Embora a nova estratégia de vendas do IBC assegure, para este ano, um crescimento do volume exportado em relação a 1979, os resultados em termos de arrecadação de divisas ainda são incertos. Isto porque os preços dessas vendas só serão fixados por ocasião do registro da operação no IBC. Até março o Brasil embarcou 2,341 milhões de sacas, no valor de US$ 473 milhões; sendo que, nestes primeiros meses do ano, as cotações do café estiveram bem acima dos preços registrados no começo de 1979, o que tendeu a elevar o valor médio da saca exportada pelo Brasil.

No entanto, o preço das restantes 3,6 milhões de sacas (12 milhões contratadas menos 8,4 registradas) já contratadas para venda vai depender da evolução do mercado no 2º semestre de 1980. A ocorrência ou não de geadas no Sul do Brasil é, costumeiramente, fator importante para determinar o comportamento dos preços a partir de agosto. Esse ano, contudo, a própria política de vendas do Brasil, bem mais agressiva, poderá influr negativamente nas cotações do produto.

No final do ano, portanto, pode-se esperar um acirramento da concorrência entre os países exportadores. O Brasil fará um esforço para colocar no mercado as 6,6 milhões de sacas adicionais que completariam a meta de exportar 15 milhões de sacas em 1980, o que poderá provocar um impacto negativo sobre as cotações. Mesmo assim, o objetivo de obter uma receita de US$ 3 bilhões com a exportação de café em 1980 não parece difícil de alcançar. Ele poderia ser atingido, alternativamente, com a venda de 15 milhões de sacas cotadas a US$ 200/saca, ou com a exportação de 13 milhões de sacas ao preço de US$ 231 a saca.

Resumindo, pode-se dizer que, excluindo o açúcar, as chances de que os principais produtos agrícolas de exportação do Brasil voltem a contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira com a mesma intensidade registrada no período 1973–77, é bastante remota. Essa possibilidade estaria condicionada a um conjunto de circunstâncias que, desta vez, não dependeria tão fortemente de fatores de mercado alheios ao nosso processo decisório, mas, sim, de circunstâncias para as quais teríamos que contribuir ativamente. Dentre elas, cumpre destacar a reconquista da parcela do mercado cafeeiro que o Brasil perdeu nos últimos anos, o êxito na redução dos custos de comercialização da soja brasileira, o disciplinamento da produção cacaueira e a capacidade de identificar novas oportunidades de exportação, tal como ocorreu com a soja no começo da década de 70.

QUADRO 7

CAFÉ – Exportações dos países produtores membros da OIC para todos os destinos – 1965/79
(em 1.000 sacas de 60 kg)

Ano	Exportações países membros da OIC	Arábica não lavado (1)	Brasil	Suaves colombianos (2)	Colômbia	Outros suaves (3)	Países selecionados produtores de outros suaves (4)	Robusta (5)	OA MCAF (6)	Costa do Marfim
1965/70	50.790	18.615	17.265	7.673	6.147	10.326	8.530	13.858	5.178	–
1970	52.722	18.449	17.085	8.172	6.509	11.088	8.390	15.013	5.739	–
1971	53.489	19.891	18.399	8.114	6.569	11.301	8.887	14.183	5.528	–
1972	57.866	20.709	19.215	8.504	6.528	12.982	10.409	15.671	6.034	3.504
1973	62.584	21.342	19.817	8.998	6.766	15.155	12.409	17.089	6.533	3.567
1974	54.787	14.337	13.280	8.777	6.906	14.233	11.335	17.440	7.445	4.346
1975	57.874	15.712	14.604	10.132	8.175	15.723	12.695	16.307	7.158	4.096
1976	58.522	16.921	15.602	8.530	6.289	16.475	13.108	16.596	8.791	5.547
1977	46.924	11.028	10.086	7.616	5.323	14.578	11.961	13.702	6.317	4.021
1978	56.107	13.886	12.551	11.262	9.034	15.889	12.853	15.070	6.620	4.091
1979*	61.857	13.609	12.010	13.208	11.067	19.246	15.810	15.794	7.568	4.578

NOTAS:
(1) Inclui exportações do Brasil, Bolívia, Etiópia e Paraguai; (2) Inclui exportações da Colômbia, Quênia e Tanzânia; (3) Inclui exportações do México, El Salvador, Guatemala, Equador, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Peru, República Dominicana, Burundi, Haiti, Índia, Jamaica, Panamá, Ruanda e Venezuela; (4) Inclui exportações dos 9 primeiros países constantes da nota (3); Inclui exportações da OAMCAF,(Uganda, Indonésia, Angola, Zaire, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria, Senegal e Trinidad-Tobago;)(6) Inclui exportações de Benin, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Togo e República Centro-Africana.
* Preliminar.

FONTE: OIC e IBC.

QUADRO 8

CAFÉ – Consumo aparente nos países importadores membros da OIC – 1972/79
(em 1.000 sacas de 60 kg)

Ano	Total dos Países Membros	EUA	CEE (1)	Alemanha	França	Outros Membros (2)	Canadá	Japão
1972	51.169	21.898	18.445	5.333	4.181	10.826	1.503	1.431
1973	52.905	21.791	19.816	5.550	4.419	11.298	1.552	1.531
1974	51.963	20.767	18.713	5.196	4.590	12.483	1.600	2.397
1975	53.642	19.993	20.626	5.823	4.974	13.023	1.639	2.334
1976	55.183	20.874	21.099	6.021	4.823	13.210	1.681	2.341
1977	44.726	15.672	18.181	5.859	4.436	10.873	1.364	2.362
1978	49.838	17.941	19.904	6.068	4.955	11.993	1.655	2.173
1979	55.454	19.026	22.462	6.937	5.158	13.966	1.750	3.119

FONTE: Organização Internacional do CAfé (OIC)

(1) Inclui Alemanha e França
(2) Inclui Canadá e Japão

Agroanalysis, 4 (6) : 2 - 14, junho/1980

ARROZ: A REAL DIMENSÃO DA SAFRA

O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA SAFRA DESTE ANO DEVE SER OBSERVADO COM CAUTELA. O ARTIGO ANALISA O CASO DO ARROZ, MOSTRANDO QUE A PRODUÇÃO PREVISTA É SUPERIOR A QUALQUER PROJEÇÃO REALIZADA COM BASE NOS ANOS 70. ENTRETANTO, ESTE PROGRESSO DESAPARECE QUANDO SÃO EXCLUÍDOS OS RESULTADOS VERIFICADOS NAS FRUSTRADAS SAFRAS DE 1977/78 E DE 1978/79.

O significativo aumento da produção brasileira de alimentos, que deverá ocorrer no ano-safra 1979/80, vem sendo apontado por alguns observadores como o início da reversão da tendência verificada na agricultura brasileira nos últimos anos: crescimento substancialmente menor da produção de alimentos destinados ao mercado interno, relativamente à expansão da produção de bens agrícolas exportáveis.

De fato, a produção de vários alimentos de mercado interno cresceu significativamente este ano. No entanto, convém lembrar que a avaliação destes resultados não deve ser feita em relação à safra passada, seriamente comprometida por dificuldades climáticas. Mesmo avaliando-se o crescimento da produção em 1980 em relação à quantidade colhida em 1976/77 (última safra não comprometida por problemas de clima) ou, como será feito neste artigo, com base na tendência verificada nos anos 70, é preciso ter em conta que a expansão da produção de alimentos se processa a taxas modestas há anos, o que deprimiu os resultados obtidos nas últimas estações. Ou seja, o retorno aos níveis de produção de 1976/77, ou a obtenção de uma colheita acima da linha de tendência configurada durante os anos 70, embora constituam resultados animadores, não devem ser encarados com demasiado otimismo, pois aqueles parâmetros incorporam o resultado de anos de crescimento lento e, em alguns casos, insuficiente para atender às necessidades de consumo da população.

No caso específico do arroz, a safra 1979/80, ora em fase final de colheita no Centro-Sul, deverá alcançar entre 9,5 e 9,9 milhões de t, segundo a última previsão da CFP. Esta quantidade representa um crescimento de 25% em relação à colheita obtida no ano anterior e de 1,46%, se comparada ao resultado da safra recorde de 1975/76.

A previsão oficial também se situa acima da projeção obtida através de um ajuste linear dos dados relativos à produção de arroz no período 1970/79. Em outras palavras, a previsão de co-

Agroanalysis, 4 (6) : 15 - 19, junho/1980

lheita para 1980 é 14% superior à quantidade projetada para 1980, a partir da tendência definida pelos resultados obtidos nos anos 70 (ver Quadro 1). Considerando os resultados, em termos de area plantada, a previsão oficial é 4% superior à projeção para 1980. Multiplicando-se a área plantada projetada econometricamente para 1980 pela produtividade média nacional do período 1977/79, ainda assim a previsão oficial de produção alcançará um patamar 11% superior. No entanto, considerando-se apenas a produção relativa ao período 1970/76 (que contou com melhores condições climáticas), a projeção resultante para 1980 é de 10,04 milhões de t. Ou seja, 3,5% acima da previsão oficial.

Estes resultados parecem coadunar-se com as observações apresentadas anteriormente. A produção a ser obtida em 1980, embora auspiciosa,

QUADRO 1

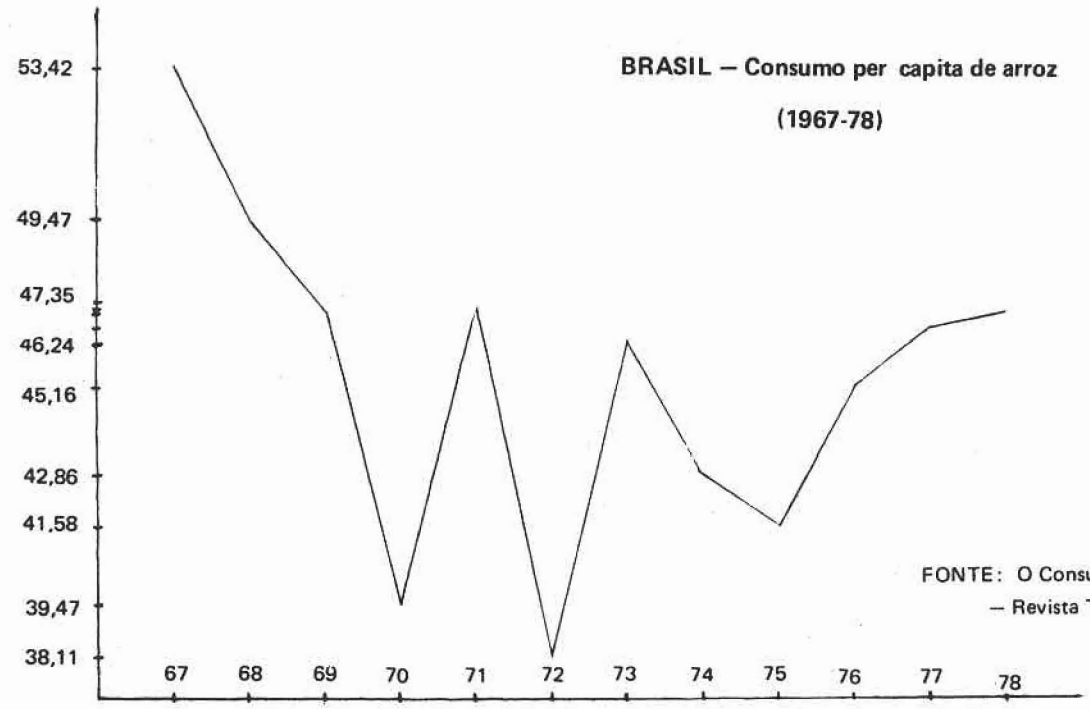
ARROZ – Área plantada, produção e produtividade
Taxas médias de crescimento anual e projeções para 1980

(Período 70–79)

		Projeção para 1980 (1)	Taxa média de crescimento anual (%) *	
Brasil				
	Produção	8.500	1,60	(e)
	Produção (2)	10.040	3,68	(d)
	Área	6.144	2,61	(d)
	Produtividade	1.380	– 0,96	(e)
Rio Grande do Sul				
	Produção	2.105	3,4	(a)
	Produtividade	3.469	– 0,5	(e)
Goiás				
	Produção	796	– 3,4	(e)
	Produtividade	938	– 1,6	(e)
Mato Grosso (3)				
	Produção	2.757	21,6	(a)
	Produtividade	817	– 7,3	(a)
São Paulo				
	Produção	213	–12,4	(a)
	Produtividade	865	– 4,4	(d)
Maranhão				
	Produção	1.259	6,10	(a)
	Produtividade	1.516	1,8	(c)

Notas:
(1) Os dados de produção, área e produtividade estão apresentados em 1.000 t, 1.000 ha e Kg/ha, respectivamente; (2) Considerando o período 70/76; (3) Inclui Mato Grosso do Sul;
* (a) significante a 1%; (b) significante a 2%; (c) significante a 5%; (d) significante a 10%; (e) não significante.
Fonte: FIBGE, CFP.

GRÁFICO 1:



BRASIL – Consumo per capita de arroz

(1967-78)

FONTE: O Consumo Interno de Trigo – Revista Trigo e Soja – fev/79

tem de ser encarada com cautela. A produção prevista é superior a qualquer projeção realizada com base nos dados dos anos 70. No entanto, esta vantagem é, na maioria dos casos, reduzida e desaparece se são excluídos os resultados verificados nas frustradas safras de 1977/78 e 1978/79.

Na verdade, não se poderia mesmo esperar a ocorrência de uma expansão da atividade do subsetor de produção agrícola para abastecimento interno significativamente maior do que a verificada em 1980. É bom lembrar que, durante anos, a rentabilidade desta atividade esteve controlada e, em diversos períodos, bastante deprimida. Em conseqüência, a taxa média de crescimento da produção de arroz configurou-se bastante modesta no decorrer da década (ver Quadro 1).

Ademais, este crescimento da produção foi, provavelmente, insuficiente para atender às necessidades de consumo da população. Este fato é de difícil demonstração empírica no âmbito deste comentário. No entanto, os dados relativos ao consumo per capita de arroz apresentados em artigo publicado na revista Trigo e Soja, de fevereiro de 1979 (1), e reproduzidos no Gráfico 1, ao menos indicam aquela possibilidade. No período 1967/70, é clara a tendência declinante do consumo. A partir de 1975, a recuperação ocorre continuadamente, apesar da pequena colheita de 1977/78. A oferta naquele ano (1978) foi complementada por estoques oficiais acumulados nas duas safras anteriores. Embora a informação não esteja disponível, é provável que esta recuperação tenha sido interrompida em 1979. Isto porque não se dispunha de estoque para complementar a produção frustrada da safra 1978/79 e diversos problemas, como atraso nas importações etc., resultaram em elevações substanciais no preço ao consumidor. É provável que as fortes oscilações registradas no consumo no período intermediário e a contínua redução, verificada nos primeiros anos da série, reflitam o comportamento também irregular da produção e seus efeitos sobre os preços ao consumidor.

Seria possível, ainda, argumentar que este comportamento do consumo decorreria do fato de ser pequena a elasticidade-renda média da demanda de arroz. Assim, segundo esta argumentação, aumentos significativos da renda da população, como ocorrido no período em análise, resul-

(1) **O consumo interno de trigo** – Renato Zandonadi e Maria G.F. Mitraud.

tariam em aumentos proporcionalmente menores do consumo de arroz. No entanto, nos primeiros anos da série, os dados de consumo per capita acusam tendência claramente declinante, o que não é compatível com uma elasticidade-renda positiva, embora pequena.

Além do mais, no período 1975/78, quando as condições de venda do produto eram atraentes, do ponto de vista do consumidor, delineia-se uma tendência inequívoca de crescimento. Adicionalmente, os níveis de consumo per capita verificados nos últimos anos da série, apesar de claramente crescentes, são ainda inferiores aos valores verificados na fase inicial. Ou seja: apesar de o consumo apresentar uma recuperação, os níveis dos últimos anos ainda não alcançaram os do início da década.

A mesma conclusão pode ser obtida através da simples observação dos dados do Quadro 1. No período 1970/79, a taxa de crescimento da produção, de 1,6%, foi inferior ao crescimento demográfico. Se o consumo de arroz esteve comprimido em diversos períodos, cabe perguntar, porque não ocorreram aumentos de preços capazes de estimular o setor de produção.

BAIXA RENTABILIDADE NÃO É FUNÇÃO EXCLUSIVA DO PREÇO

É evidente que a rentabilidade de uma atividade não é função exclusiva do preço do produto. Diversos outros fatores a influenciam, principalmente no Brasil, tendo em vista a soma de favores oficiais que objetiva inflar artificialmente a rentabilidade dos setores econômicos tidos como prioritários, do ponto de vista governamental. Por exemplo, o risco de mercado, que a política de preços mínimos objetiva minimizar, deve ter contribuído significativamente para deprimir a rentabilidade da produção de alimentos. Isto porque o governo, visando manter preços estáveis ao consumidor, lança mão de importações, tabelamentos etc, sempre que a produção se mostra insuficiente. Por outro lado, adquire produtos a preços não remuneradores, segundo os produtores, sempre que existe excesso de oferta.

No caso do arroz, outro fator de redução da rentabilidade têm sido os reduzidos níveis de produtividade. Aumentá-los requereria investimentos em pesquisa fitogenética, instalação e ampliação da infraestrutura de produção e de comercialização etc. Investimentos que só se justificam a partir de uma decisão governamental ou, do ponto de vista privado, de uma expectativa de rentabilidade elevada.

Não deve ser por outro motivo que a produção gaúcha, que se beneficia de infraestrutura que reduz fortemente os riscos de quebra de produção e garante preços ao produtor em média mais elevados e estáveis do que os auferidos em outras regiões, cresceu 3,4% ao ano, enquanto os estados de São Paulo e Goiás, entre outros não listados no Quadro 1, apresentaram uma taxa média de crescimento da produção negativa.

Os dados do Quadro 1 indicam, ainda, que a produção de arroz vem sendo deslocada para áreas menos valorizadas economicamente. A área plantada (ver Agroanalysis Vº 3, nº 7–8) diminuiu em estados que dispõem de pouca fronteira agrícola e, dentro de cada estado, foi deslocada para regiões que dispõem de piores condições de infraestrutura. Estados como Mato Grosso (incluindo a área do Mato Grosso do Sul)e Maranhão, que contam com grandes áreas inexploradas, apresentam crescimento significativo de produção. Em Goiás, a taxa de crescimento seria bem menor, não fosse pela disponibilidade de áreas no norte do estado, uma vez que a substituição do arroz pela soja no sul e por pastagens nas áreas tradicionais de produção orizícola, se processa aceleradamente.

É ainda interessante notar que a produtividade média só apresentou valores positivos de crescimento no Maranhão. Mais uma vez, a razão pode ser creditada, em parte, à disponibilidade de fronteira agrícola, onde o arroz é utilizado como cultura pioneira, que será sucedida pela pecuária. Nessas áreas, as despesas de custeio costumam ser menores do que em regiões tradicionais, porque a terra responde melhor, mesmo na ausência de fertilizantes químicos.

Frente a este quadro, parece precipitado falar em reversão de tendência. Os bons resultados que deverão ser obtidos em 1979/80 poderão se repetir ou não na próxima safra, dependendo da rentabilidade a ser obtida este ano. Segundo avaliou a CFP, no início de maio, o consumo de arroz em 1980 (inclusive reserva para sementes e perdas) deverá situar-se em 8,75 milhões de t. Haverá, portanto, um excesso de disponibilidade de 1,3 a 1,7 milhão de t (produção: 9,5 a 9,9 milhões de t, mais estoque inicial de 560 mil t, menos o consumo de 8,75 milhões de t). No entanto, alguns fatores, o primeiro reduzindo a oferta e os demais aumentanto a demanda do cereal, poderão modificar significativamente esta estimativa de excedente.

SECA PROVOCA PERDAS IMPORTANTES NA PRODUÇÃO

A seca nordestina provocou perdas importantes de produção, ainda não estimadas. Este fato acarretará problemas, principalmente a nível de distribuição do produto. Em função do tamanho da quebra nordestina, poderá ser necessário transferir arroz do Sul para aqueles estados. A nível de produção nacional, a seca não deverá provocar redução significativa, tendo em vista que o Norte e Nordeste participam, em média, apenas com 20% da colheita brasileira. Do lado da demanda, é possível que a previsão de consumo da CFP (8,75 milhões de t) venha a ser largamente superada durante o ano. Em 1979, o consumo aparente de arroz foi da ordem de 8,525 milhões de t (7,6 milhões de t produzidas, mais 1 milhão de t importadas, menos uma redução nos estoques de 75 mil t).

No entanto, o consumo esteve claramente comprimido durante o ano. É possível que a redução do preço relativo entre o arroz e seus substitutos, que deverá ser provocada pela grande colheita de 1980, induza a população a aumentar suas aquisições do cereal. O crescimento do consumo poderá ser ainda maior caso o governo resolva reduzir o subsídio do trigo, no segundo semestre do ano. Se isto acontecer, a brutal modificação dos preços relativos entre os derivados de trigo e dos produtos concorrentes (o arroz é um dos principais), induzirá a uma forte expansão do consumo destes últimos.

Ainda assim, o período de comercialização prenuncia-se tranqüilo, principalmente se comparado à situação dos dois últimos. O excedente de diponibilidade, mesmo que não venha a ser tão grande quanto previsto atualmente, deverá ser considerável, dando margem até para que se inicie a formação de um estoque estratégico de arroz. Evidentemente, é recomendável que a atuação das autoridades no mercado seja cautelosa, tendo em vista o provável crescimento do consumo este ano.

No entanto, a intervenção governamental não pode se restringir a uma mera participação ágil e eficiente no dia-a-dia do mercado. Se o objetivo real é aumentar a produção de alimentos, será preciso reverter a tendência declinante da rentabilidade do setor, o que se consegue com preço remunerador e minimização dos riscos da atividade.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Chuvas afetam a qualidade do produto

As chuvas ocorridas no início da colheita da safra do Centro-Sul, em fevereiro, não prejudicaram a produtividade do algodão, mas afetaram a sua qualidade. Até 9/5/80, os estados mais atingidos, Paraná e São Paulo, acusavam uma participação dos melhores tipos da fibra (abaixo do padrão 6) de 37,9% e 44,5%, respectivamente, enquanto em safras anteriores esta participação ultrapassava 75%, no mesmo período, para ambos os estados.

Esta drástica redução torna-se ainda mais significativa porque o complexo industrial têxtil brasileiro orienta-se, em geral, para a compra de tipos melhores de algodão. Assim, configura-se um quadro de escassez relativa do produto de melhor qualidade, o que, possivelmente, estaria levando as indústrias a adquirirem algodão estocado da safra nordestina passada.

Segundo a revista "Cotton Outlook", de 11/4/80, os estoques nordestinos caíram de 70 mil t, no final do ano-safra 1979/80 (fev/80), para 9 mil t, no início de abril. Esta redução, de cerca de 60 mil t, em um mês, supera a própria média mensal de consumo estimada para este ano (47 mil t). No momento, é possível que os estoques já tenham terminado e, portanto, deverá haver pressão de compra sobre o algodão de melhor qualidade da região Centro-Sul. Esta pressão logo será sentida, pois algumas indústrias já estariam adquirindo o produto em quantidade superior às suas necessidades imediatas, com a intenção de estocá-lo até a entrada da safra setentrional (1980/81), em setembro.

Por outro lado, a seca, que persiste desde janeiro no Nordeste, pode prejudicar seriamente a produção da região setentrional, até então estimada entre 176/190 mil t (base pluma). Pode-se prever, portanto, um recrudescimento dos preços dos algodões superiores, pelo menos até aquele mês. Como a safra setentrional equivale, em quantidade, a menos da metade da safra meridional, a comercialização daquela produção não é suficiente para deprimir os preços, principalmente na fase inicial. Quando muito, promove sua estabilização, aos níveis do período de entressafra (jul/out).

Supondo, de um lado, que o *"carryover"* da safra passada contivesse 90% de algodões de tipo 6 para melhor *, e, de outro, que a safra meridional alcançasse 170 mil t ** de algodão de melhor qualidade, o total disponível até a entrada da safra setentrional seria de 275 mil t de algodão em pluma de qualidade superior. Por outro lado, sabendo-se que mais de 70% do consumo interno são de tipos abaixo do padrão 6, a oferta setentrional, para ser satisfatória, deveria alcançar, no mínimo, cerca de 125 mil t de algodão superior ou 165 mil t de algodão de todos os tipos. Como as indústrias estão apostando na safra setentrional para complementarem suas necessidades de algodão de melhor qualidade, uma quebra acima de 10% *** frustraria a expectativa de normalização do abastecimento de fibras melhores, acarretando, portanto, elevação dos seus preços (ver Quadro).

No entanto, caso a quebra não alcance aquele percentual, a disponibilidade interna do produto será suficiente para cobrir — embora com certo aperto — as necessidades do consumo. Verificando-se a situação estatística do mercado, observa-se que a oferta deverá atingir 275 mil t, até o início da comercialização da safra

* — Este percentual foi baseado na composição de tipos melhores da safra passada em EGF'S não liquidados até 31/3/80 e em AGF, pois a inexistência de dados impede o conhecimento exato do percentual dos tipos superiores de algodão em estoque.

** — 40% da produção estimada para a safra meridional (422 mil t).

*** — Se a safra setentrional, estimada em 183 mil t (ponto médio do intervalo 176/190 mil t) quebrar além de 10%, o suprimento brasileiro de algodão de melhor qualidade, estimado até aqui em 414 mil t, situar-se-á aquém da demanda prevista (400 mil t).

do Nordeste. Ora, é neste período (março a setembro) que as indústrias efetuam a maior parte de suas compras (cerca de 70%). Assim, o consumo ficaria próximo a 280 mil t, isto é, levemente superior à oferta.

Devido à precariedade deste equilíbrio, não pode ser descartada, de antemão, a hipótese da necessidade de importação da fibra de melhor qualidade, no período que vai até setembro. Ainda que o temor da escassez faça com que o parque industrial imprima maior vigor a suas aquisições, uma situação mais apertada na disponibilidade dos algodões superiores poderia ser desafogada por maquinistas que tenham estocado o produto (estoque este não computado no *"carryover"* inicial) à espera de maiores preços. Porém, caso estas aquisições adicionais suplantem esta possível reserva de algodão, as importações serão necessárias.

Evidentemente, se forem concretizadas as importações, serão necessários cuidados para que as cotações não caiam, a ponto de desestimular o plantio da nova safra meridional (1980/81). Para tanto, bastaria limitar as importações à real necessidade interna do produto, e escalonar sua entrada, para que não prejudiquem a comercialização da safra setentrional.

Paralelamente, o mercado algodoeiro vem enfrentando problemas de excesso de produção, na atual safra, de algodão dos tipos inferiores. Este excesso poderia ser facilmente colocado no exterior, caso o produto obtivesse condições de competitividade. No entanto, tudo indica que a

Posição da Oferta e Demanda de Algodão por Grupos de Fibras — Brasil (safra 1979/80)

	Fibras Melhores (acima do tipo 6)	Fibras Piores (abaixo do tipo 6)	em mil t TOTAL
Estoques iniciais	105	12	117
Produção			
Centro-Sul	170	252	422
Nordeste	139	44	183
Brasil	309	296	605
Suprimento	414	308	722
Consumo	400	170	570
Excedente (1)	14	138	152
Estoque de Segurança (2)	83	35	118
Exportação possível	zero	103	34 (3)

Obs.: (1) Supondo condições normais da safra do Nordeste.
(2) Estoque correspondente a 2 meses e meio de atividade da indústria.
(3) Teoricamente, o Brasil só poderia exportar até 34 mil t, pois a oferta interna de fibras piores (103 mil t) teria que cobrir a defasagem existente entre o estoque de segurança requerido para fibras melhores e o seu excedente (apenas 14 mil t).

Fonte dos dados brutos: CFP (estimativa de maio/80).

relação entre os preços domésticos e os internacionais não tenderá a evoluir de forma a eliminar, por si só, a gravosidade do algodão brasileiro.

Internamente, os preços dos tipos inferiores de algodão estão sendo sustentados, apesar do seu relativo excesso. Primeiro, porque estaria havendo uma procura acima do normal por tipos de pior qualidade para serem misturados aos tipos superiores; segundo, porque os maquinistas que dispõem de elevada quantidade de algodão dos tipos piores do que o padrão 6, têm optado pela utilização do EGF, a fim de evitar sua venda a preços pouco atrativos. Só se ocorresse uma retração nos preços internos, ou uma elevação em ritmo inferior ao da desvalorização cambial, é que o produto nacional ganharia competitividade externa. Para isso, seria necessário que os maquinistas antecipassem a liquidação das suas dívidas em EGF. Entretanto, esta hipótese parece improvável, pois o subsídio (juros reais negativos) que acompanha estas operações ainda é elevado, mesmo com um aumento dos juros ou uma hipotética inflação inferior à do ano passado.

Quanto à situação do mercado internacional, as cotações apresentam-se estáveis e com perspectivas de se retraírem um pouco, apesar de haver uma previsão de que os estoques mundiais seriam, no momento, relativamente apertados para atenderem a uma demanda adicional superior a quatro meses. Mas, até o final da safra (agosto) já se prevê um arrefecimento da demanda industrial, em função da perspectiva de recessão nos principais países produtores de têxteis.

Assim, a possibilidade de exportar os piores tipos de algodão estaria diretamente vinculada à retirada do Imposto de Exportação (10% sobre o valor FOB). Eliminando-se o Imposto sobre as fibras de pior qualidade, a gravosidade ficaria em torno de 8% – cálculo efetuado em 15/5/80 – para o tipo 7, (de baixa qualidade) bem inferior àquela calculada levando em conta a incidência do Imposto (22%). Deste modo, a colocação externa do produto poderia ser viabilizada sem grandes esforços.

Sendo possível exportar o produto em excesso (fibras de pior qualidade) a época mais adequada é a que vai até setembro. Após este mês, começa a ser comercializada a safra do Hemisfério Norte, que congrega os principais países produtores e exportadores. Como há a previsão de que a oferta internacional será mais do que suficiente para restabelecer os estoques de final de safra e a demanda promete ser menor do que a alcançada na atual temporada (1979/80), os reflexos sobre os preços deverão ser depressivos. Tal conjuntura poderá ampliar ainda mais a gravosidade do algodão brasileiro, após setembro.

CACAU

Apesar da quebra na produção brasileira, preços em baixa

A grande incógnita do mercado internacional de cacau parece continuar girando em torno da capacidade dos países produtores reterem o produto, em uma tentativa de sustentar e elevar as cotações, que permanecem em baixa continuada. Até agora, nem mesmo uma previsão de produção de 2 milhões de sacas da safra intermediária do Brasil (representando quebra da ordem de 40% sobre o ano anterior) foi capaz de conter a queda dos preços. As sombrias perspectivas do mercado começam a fazer crer que os países produtores erraram quando decidiram estabelecer o nível mínimo de 120 cents/libra-peso, para a negociação da renovação do Acordo Internacional, expirado em 31 de março deste ano.

Já em novembro de 1979, em um dos muitos ciclos de negociações, parecia válido que o piso se situasse em 110 ¢ / lb, apesar de ser este um nível perigosamente próximo dos custos de produção dos países produtores. Os Estados Unidos, naquela época, impunham restrições à assinatura de qualquer compromisso cujo teto de preços excedesse US$ 1,00/lb, mas aceitariam

110 ¢ em março, o que conferiria maior poder ao documento, graças à participação do maior consumidor mundial do produto.

Foi confiando em estratégias de sustentação de preços equivalentes à utilizada pelo Grupo de Bogotá e na capacidade de estocagem da Costa do Marfim e do Brasil que os produtores deixaram expirar o prazo do Acordo Internacional e tentaram mobilizar os recursos do estoque regulador (cerca de US$ 220 milhões) para manobrar em bolsa. No entanto, nem a capacidade de estoque da Costa do Marfim se mostrou adequada às circunstâncias, nem os países produtores se mostraram suficientemente independentes da receita proporcionada pelo cacau, de modo a reter por períodos maiores a sua produção. Isto levou a que, agora, haja uma oferta superior à normal para esta época do ano, forçando ainda mais a queda das cotações, num período em que sua recuperação parcial poderia ser esperada em função da baixa previsão existente para o temporão brasileiro.

O comportamento das cotações deixa antever um achatamento ainda maior do crescimento da renda do produtor brasileiro, que tem seus custos cada vez mais próximos das receitas e cujos encargos financeiros crescem de ano para ano, num esforço para manter o crescimento da produção a taxas superiores às do crescimento da demanda interna e externa.

Cada vez é mais certo que não será este ano que as exportações brasileiras de cacau ultrapassarão 1 bilhão de dólares, número mágico que vem sendo apresentado pelos responsáveis por sua produção e exportação. Alcançar 80% deste valor em 1980 pode hoje ser visto como uma expectativa otimista, parecendo razoável que se consiga chegar aos 700 milhões de dólares, desde que um esforço consciente seja feito no sentido de definir uma política eficiente de atuação, que chegará, de todo modo, atrasada.

A recessão econômica a nível internacional, cada vez mais palpável, levará, na melhor das hipóteses, à estabilidade do consumo de matérias-primas, afetando sobremaneira os países produtores. Para o Brasil, isto significa uma prolongada estagnação de suas receitas de exportação de produtos primários, o que, no caso do cacau, levará à necessidade de contenção do crescimento da produção, para que se mantenham nominalmente estáveis os atuais níveis de remuneração. Isto indica, por outro lado, vultosos prejuízos para os produtores agregados ao programa de crescimento da produção, que terão que abdicar de incrementos da produtividade, em benefício da receita constante, ficando incapacitados de continuar na intensa utilização de insumos hoje praticada, dispensando mão-de-obra não especializada e, até mesmo, desfazendo-se de propriedades com velocidade superior à atual. Os efeitos concentradores da renda daí decorrentes e os problemas sociais assim criados já foram exaustivamente expostos. Torna-se cada vez mais necessária uma reavaliação das metas de expansão da cacauicultura nacional, que deverá envolver variáveis anteriormente relegadas a segundo plano, e que hoje surgem como determinantes de tais metas.

A necessidade de um embasamento estrutural para um programa que começou dentro de uma situação conjunturalmente favorável fica ainda melhor caracterizada quando se vê que a receita provável para este ano é comparável à de 1977, ano de efetiva implantação do PROCACAU, apesar da produção total prevista apresentar um crescimento de cerca de 20%, em relação àquele ano.

A hipótese, cada vez mais comentada, de que os países produtores formarão um cartel (semelhante ao do petróleo), com o objetivo de fixar os preços para exportação, tem sido motivo de sucessivas reuniões. Entretanto, a última destas reuniões, realizada em fins de maio em Salvador, estado da Bahia, mostrou que tal hipótese não parece estar sendo encarada com muita seriedade pelos países importadores.

A confiança dos importadores na falta de consenso entre produtores é embasada não apenas na perecibilidade do produto que se pensa cartelizar, mas também na falta de estrutura ope-

racional dos produtores. Estes, até agora, vêm, inclusive, desrespeitando acordos mútuos de venda a preços mínimos , pois suas dificuldades de caixa fazem com que sejam obrigados a vender em condições adversas, provocando maior pressão baixista sobre as bolsas.

Também essencial seria a elaboração de contratos de longo prazo, com um fluxo constante de vendas ao longo do ano, e com condições de preço pré-estabelecidas, o que é dificultado pelo volume de produção mundial relativamente baixo, quando comparado ao de outros produtos primários.

FEIJÃO

Frustrada a safra das secas: previsão de 1 milhão de t

Contrariamente à expectativa provocada pelo lançamento do "pacote" governamental do feijão, em fevereiro deste ano, a atual situação das lavouras da leguminosa é bastante precária. A previsão inicial, de 1,4 a 1,6 milhão de t para a safra da seca, não mais será atingida.

Condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, tanto no Norte quanto no Sul do país, contribuíram para este desfecho. Entretanto, o agravamento da situação ocorreu a partir de uma estrutura de cultivo que, em muitas regiões produtoras, pecou não só por não ter incorporado a tecnologia mínima necessária, como também pelo fato de o plantio ter sido realizado (na região Sul, principalmente) sem um prévio balanço dos riscos a que está sujeita a cultura tardia. A quebra registrada na safra da seca do Sul do país é particularmente importante, pois dela provém grande parte do feijão preto colocado à disposição do consumo nacional.

A euforia ocasionada pela divulgação do "pacote do feijão" (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 4) levou a grande maioria dos agricultores sulistas a empreender o plantio da atual safra sem estar imbuída da necessária perspectiva comercial. Apesar de ser grande o risco, nesse período, de geadas e/ou ventos frios que afetam a planta, a certeza de cobertura pelo Proagro levou muitos agricultores a plantarem.

Assim, pela epoca inusitada do plantio, somente se a meteorologia tivesse sido atípica, isto é, caso não tivesse sido adversa, a atual safra de feijão poderia alcançar um montante razoável. Isto porque, devido à maior facilidade para financiamento promovida pelo "pacote", verificou-se uma utilização mais intensiva de sementes próprias (geralmente de qualidade inferior).

Paralelamente, o tabelamento do feijão preto contribuiu para que muitos agricultores sulistas substituíssem, em parte, seu cultivo por variedades de cores. Não só porque a remuneração era superior àquela obtida com o feijão preto, como também devido a algumas variedades de cores serem mais resistentes e de ciclo vegetativo mais curto. Em meados de março, por exemplo, o preço médio recebido pelo produtor do Paraná pela saca de 60 kg de feijão roxinho suplantava em 58% aquele auferido pelo feijão preto.

Mesmo assim, no Paraná, onde normalmente 5% da safrinha são compostos de feijão preto, a Secretaria de Agricultura estimou que o plantio desta variedade, nesta safra, alcançaria 24% da área total. Entretanto, segundo informações da Secretaria, tal dado não chega a desmentir a tendência de substituição do feijão preto por outras variedades no Sul do Brasil. O crescimento da participação do feijão preto no estado — considerado atípico em relação ao resto do país — se explica pelo fato de o Sudoeste paranaense, tradicional produtor deste tipo de feijão, ter ampliado sua área plantada de 3 mil ha para mais de 20 mil ha. Ou seja: um aumento de mais de 600%. Mas como a quebra ocorreu principalmente ao Sul do estado — mais sujeito a geadas — estima-se, atualmente, que a participação do feijão preto seja de menos de 10% da produção do Paraná.

Esta substituição de feijão preto por variedades de cores também pode ser detectada por algumas previsões da CFP. A taxa histórica de participação do feijão preto no total produzido na safra da seca está entre 15 e 20%, enquanto a última estimativa da CFP, para a atual safra, é de 13%. Um percentual que, possivelmente, está ainda superestimado, pois não foram computados os resultados definitivos de Minas Gerais (estado em que também deverão ocorrer quebras), onde o feijão preto participa com 30% da produção. Além disto, este cálculo não levou em consideração dados mais recentes sobre as quebras ocorridas no Sul do país, uma vez que a colheita ainda não está terminada.

Assim, além da queda na produtividade da cultura em geral, a nível nacional, deverá ocorrer uma menor participação do feijão preto no total desta segunda safra. Esta redução na oferta torna-se importante, na medida em que sua participação na recente safra das águas foi de 36,5%, percentual bem menor do que o verificado (41,7%) na mesma safra nos anos agrícolas de 1977/78 e 1978/79, (respectivamente, 546 mil t e 472 mil t do produto).

Até o momento, as notícias informam quebra no total da safra, de 60% no Paraná, de 75% em Santa Catarina e de 50% no Rio Grande do Sul. A ocorrência de seca no Nordeste também frustrou a safra daquela região, afetando a produção nacional de feijões macaçar e mulatinho. Até o momento, espera-se uma redução de 70% e de 50% nos volumes a serem ofertados por Pernambuco e pelo Ceará, respectivamente.

Embora ainda não haja informação oficial sobre quebra em Minas Gerais, a oferta desse estado (tradicionalmente o maior produtor desta safra) também deverá situar-se abaixo das expectativas iniciais. Além dos danos causados pela estiagem, quando do plantio, o uso de sementes próprias e a má condução de muitas lavouras certamente levarão a uma queda significativa do rendimento inicialmente esperado.

Tudo indica, portanto, que o abastecimento interno de feijão, ficará, este ano, bastante comprometido. Considerando-se somente as quebras registradas até o momento nos estados do Sul, do Nordeste, em São Paulo e em Minas Gerais, já se teria uma reavaliação da safra para um intervalo de 900 mil t a 1,1 milhão t, apesar de a mais recente estimativa oficial da CFP se manter entre 1,26 e 1,45 milhão de t.

Este aperto generalizado no abastecimento nacional da leguminosa deverá ser mais crítico para o feijão preto. Assim, a busca de soluções deverá concentrar-se no plantio da próxima safra das águas, uma vez que, historicamente, cerca de 40% dessa safra é composta desta variedade. Neste sentido, estimular o seu plantio representa a oportunidade de formação de estoques reguladores para serem comercializados, em 1981, durante a entressafra (setembro-novembro). ✱

PANORAMA AGROPECUÁRIO

REFLEXOS DA SECA SOBRE A SAFRA DA REGIÃO

NORDESTE

PRINCIPAIS PRODUTOS

ALGODÃO

Produção em 1979: 449,6 mil t (safra 78/79)
Maior produção alcançada pela região: 912.3 mil t (safra 1970/71)
Previsão inicial para 1980: 750,2 mil t
Previsão atual: 798,2 mil t (IBGE – maio de 1980). Entretanto, considerando os reflexos da seca, tem-se como razoável uma produção em torno de 500 mil t
% da região na produção nacional de 79: 29,1%

MANDIOCA

Produção em 1979: 13,25 milhões de t
Maior produção alcançada pela região: 13.708.165 t (76/77)
Previsão inicial – 1980: 14.289.100 t

Previsão atual: 14.144.700 t
% da região na produção nacional de 79: 53%
Obs.: A previsão atual sobre a safra de mandioca na região Nordeste aponta ligeiro declínio sobre a primeira estimativa. Esta perda pode ser atribuída a uma tendência de redução da produtividade. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, a produtividade para a mandioca na região deve cair de 11,36 t/ha (previsão inicial) para 10,66 t/ha. A cultura de mandioca é praticada tanto no interior da região como próxima ao litoral. Entretanto, os maiores rendimentos são alcançados na área mais úmida. Desta forma, os efeitos da seca sobre a cultura não serão de grande relevância.

MILHO

Produção em 1979: 1,29 milhão de t
Maior produção alcançada pela região: 1,74 milhão de t, em 1972
Previsão inicial para 1980: 1,92 milhão de t (CFP, março de 1980)
Previsão atual: a colheita deverá ser inferior à estimativa de maio da CFP (1,50 milhão de t). Tem-se como razoável uma produção em torno de 1,2 – 1,3 milhão de t
% da região na produção nacional de 79: 7,8%
Obs.: A estiagem nos estados nordestinos deverá incrementar expressivamente o deficit da região. Em 1979, estima-se que tais estados teriam respondido por uma importação líquida em torno de 300 mil t, adquiridas à região Centro–Sul. Muito embora o deficit da região nordestina não tenha grande impacto sobre a produção nacional, deve-se atentar para a sua escala de grandeza face à produção da região

FEIJÃO

Produção em 1979: 556.300 t (safra da seca)
Maior produção alcançada pela região: 951.389 t, em 1967 (safra das águas + da seca – IBGE)
Previsão inicial para 1980: 749.000 t (CFP – safra da seca)
Previsão atual: 662.000 t (CFP, maio de 1980 – safra da seca). Entretanto, considerando os reflexos da seca, tem-se como razoável uma produção entre 300 a 350 mil t
% da região na produção nacional de 79: 48,5% (Safra da Seca NE / Safra da Seca BR)

ARROZ

Produção em 1979: 1.345 mil t (safra 78/79)
Maior produção alcançada pela região: 1.600 mil t (safra 77/78)
Previsão inicial para 1980: 1.980 mil t
Previsão atual: 1.630 mil t
% da região na produção nacional de 79: 18%
Obs.: A produção da região, excluindo-se a do Maranhão, representa, em média, 3% da safra brasileira. O estado do Maranhão, tem sido menos atingido pela seca. Embora não estejam ainda disponíveis informações mais seguras, as estimativas iniciais da quebra de safra do estado situam-se entre 15 e 20%.

CANA

Produção em 1979: 36.063.348 t
Maior produção alcançada pela região: 36.063.348 t (78/79)
Previsão inicial para 1980: 36,2 milhões de t
Previsão atual: 37,0 milhões de t
% da região na produção nacional de 79: 32,8%
Obs.: A safra 79/80 na região Nordeste está praticamente encerrada. Desta forma, os prejuízos causados pela seca deverão ser de pequena monta. Para a safra 80/81 poderá ocorrer uma redução na produção causada por problemas de maus tratos culturais. Na atual fase da cultura, uma prolongada estiagem provocará o adiamento na preparação do solo, bem como a perda da adubação já realizada. Entretanto, devido à sua localização (Zona da Mata) a lavoura canavieira não está sendo significativamente atingida pela seca.

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ALGODÃO

BRASIL

Início da colheita: Centro-Sul – fevereiro/março; Norte-Nordeste – agosto/setembro
Pico da safra: Centro-Sul – abril; Norte-Nordeste – outubro
Produção prevista: 1.998.200 t (Brasil); estimativa pós-seca: I.707.500 t (Brasil)
Produção da safra 1978/79: 1.543.100 t (Brasil)
Maior produção alcançada anteriormente: 2.510.576 t (safra 1971/72)
Causas da variação na produção: a elevação na área plantada brasileira em 15% e o aumento da produtividade no Centro-Sul em 5,0% superam a previsão de queda da produtividade do Nordeste (– 4,5%)
Estágio atual da lavoura: C/S - praticamente colhido; N/NE - desenvolvimento vegetativo da planta
Fatores críticos neste estágio: C/S - chuvas em excesso (ora nao ocorrem); N/NE- seca prolongada
Operações com EGF (algodão em caroço): 85.537.517 kg
Operações com EGF (algodão em pluma): 25.107.068 kg

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: + 17,1%
Produção prevista: 550 mil t
Safra anterior: 468,8 mil t
Causas da variação na produção: elevação na área plantada foi responsável pelo aumento da produção. O rendimento por ha não sofreu acréscimos.
Estágio atual da lavoura: cerca de 90% da produção já colhidos
Rendimento médio: 1.637 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 320,00 a Cr$ 350,00/@

SÃO PAULO

Variação na área: + 4,4%
Produção prevista: 452 mil t
Safra anterior: 419 mil t
Causas da variação na produção: elevação na área e no rendimento
Estágio atual da lavoura: colheita finalizada
Rendimento médio: 1.580 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 320,00 a Cr$ 350,00/@

CEARÁ

Variação na área: + 18,3%
Produção prevista: 225,5 mil t; estimativa pós-seca: 169,7 mil t
Safra anterior: 161,9 mil t
Causas da variação na produção: elevação na área supera a redução esperada na produtividade (– 10,9%)
Estágio atual da lavoura: desenvolvimento vegetativo da planta
Rendimento médio: 162 kg/ha; estimativa pós-seca: 122 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

PARAÍBA

Variação na área: + 6,8%
Produção prevista: 188,3 mil t; estimativa pós-seca: 72,9 mil t
Safra anterior: 115,0 mil t
Causas da variação na produção: elevação na área foi superada pela redução na produtividade esperada (– 40%)
Estágio atual da lavoura: desenvolvimento vegetativo da planta
Rendimento médio: 294 kg/ha; estimativa pós-seca: 114 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

RIO GRANDE DO NORTE

Variação na área: + 58,6%
Produção prevista: 182,2 mil t; estimativa pós-seca: 91,6 mil t
Safra anterior: 39,1 mil t
Causas da variação na produção: elevação na área e na produtividade foram superadas pela forte quebra da safra (seca)
Estágio atual da lavoura: desenvolvimento vegetativo da planta
Rendimento médio: 295 kg/ha; estimativa pós-seca: 148 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

Agroanalysis, 4 (6) : - 26 - 38, junho/1980

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ARROZ

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: março-abril
Produção prevista: 9,5–9,9 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 7,5 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 9.560 mil t – *safra 1975/76*
Causas da variação na produção: elevação do rendimento físico por hectare, decorrente das condições climáticas favoráveis
Estágio atual da lavoura: final de colheita. Estima-se que 70 a 80% da área do Centro/Sul já foi colhida
Fatores críticos neste estágio: No Centro/Sul, chuvas fortes podem ainda atrasar a colheita. No entanto, as conseqüências desse possível atraso não afetaria significativamente a produção, dado o adiantado estágio da colheita
Operações com AGF: 903.852 kg
Operações com EGF: 51.249.646 kg

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: +10%
Produção prevista: 2,2 milhões de t
Safra anterior: 1,7 milhão de t
Causas da variação na produção: aumento do rendimento físico por hectare
Estágio atual da lavoura: final de colheita – aproximadamente 90% da área já foram colhidos
Rendimento médio: 3.600 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$500 a 540/saca 50 kg, seco, na indústria

GOIÁS

Variação na área: +25%
Produção prevista: 1.300 mil t
Safra anterior: 1.151 mil t
Causas na variação na produção: aumento da área plantada e do rendimento físico
Estágio atual da lavoura: colheita
Rendimento médio: 1.100 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 480 a 530/60 kg (em casca, seco)

MARANHÃO

Variação na área: +20%
Produção prevista: 1,3 milhão de t
Safra anterior: 1,1 milhão de t
Causas da variação na produção: aumento da área. Apesar da seca, o rendimento médio continua avaliado em patamar pouco superior ao da última safra
Rendimento médio: 1.300 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 400 a 450/60 kg

SÃO PAULO

Variação na área: zero
Produção prevista: 420 mil t
Safra anterior: 365 mil t
Causas na variação na produção: aumento do rendimento físico por hectare devido a condições climáticas favoráveis
Estágio atual da lavoura: estima-se que a totalidade da área plantada já foi colhida
Rendimento médio: 1.300 hg/ha
Preço médio ao produtor: cerca de Cr$ 600/60 kg

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

FEIJÃO

SAFRA DA SECA

Início da colheita: Centro-Sul: março/abril; Nordeste: março/junho
Pico da safra: Centro-Sul: maio/junho; Nordeste: praticamente distribuída no tempo
Produção prevista: previsão CFP: 1.260/1.450 mil t; estimativa pós-seca: 900/1.100 mil t
Produção da safra 1978/79: 1.148 mil t
Maior produção alcançada anteriormente: 2.676.225 t (em 1972, produção referente às duas safras do ano)
Causas da variação na produção: meteorologia adversa e más condições de plantio
Estágio atual da lavoura: depende da região: desde o plantio (caso da Bahia) até final de colheita (caso de São Paulo)
Fatores críticos neste estágio: chuvas podem afetar a produção nas áreas onde se processa a colheita; falta de chuvas pode afetar a produção nas áreas onde se está plantando ou onde a leguminosa esteja em desenvolvimento vegetativo
Operações com EGF: 13.978.562 kg

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

MINAS GERAIS

Variação na área: +31%
Produção prevista: 174/187 mil t
Safra anterior: 154.300 t
Causas da variação na produção: aumento da área cultivada
Estágio atual da lavoura: variável conforme a região
Rendimento médio: 500 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 1.100—1.800/saca 60 kg (feijão preto); Cr 1.500 — 2.200/saca 60 kg (feijão de cores)
Obs.: rendimento inicialmente esperado em até 625 kg/ha deverá cair para 500 kg/ha devido às chuvas e à estiagem ocorridas durante o plantio

BAHIA

Variação na área: +13%
Produção prevista: 100/125 mil t
Safra anterior: 78.000 t
Causas da variação na produção: aumento da área plantada e do uso de sementes fiscalizadas
Estágio atual da lavoura: plantio
Rendimento médio: 660 kg/ha
Preço médio ao produtor: —
Obs.: o plantio da safra encontra-se atrasado devido à estiagem.

SÃO PAULO

Variação na área: +12%
Produção prevista: 110/120 mil t
Safra anterior: 117.400 t
Causas da variação na produção: aumento da área cultivada
Estágio atual da lavoura: final da colheita
Rendimento médio: 500-600 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$2000,00 por saca de 60 kg
Obs.: a produção atualmente prevista acusa quebra de 8% em relação à expectativa inicial.

CEARÁ

Variação na área: +38%
Produção prevista: 63.000 t
Safra anterior: 104.800 t
Causas na variação na produção: estiagem
Estágio atual da lavoura: colheita
Rendimento médio: 200/300 kg/ha
Preço médio produtor: Cr$ 1000,00 — 1800,00/saca de 60 kg (feijão de corda)

PARANÁ

Variação na área: +70%
Produção prevista: 40.000 t
Safra anterior: 50.000 t
Causas na variação na produção: meteorologia adversa; pragas e más condições de cultivo
Estágio atual da lavoura: colheita
Rendimento médio: 300 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$1100,00 a Cr$1600,00 (saca de 60 kg)

Agroanalysis, 4 (6) : - 26 - 38, junho/1980

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

MILHO

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: maio–junho
Produção prevista: 19,5 – 19,7 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 16,46 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 19,12 milhões de t (safra 76/77)
Causas da variação na produção: ligeira ampliação da área semeada e expressivo aumento da produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (cerca de 30% da área já colhidos)
Fatores críticos neste estágio: chuvas, principalmente na região Centro-Oeste. Seca no Nordeste
Obs.: colheita em grande evolução; seca no Nordeste desaconselha qualquer postura que favoreça a exportação do produto
Operações com AGF: 91.105 kg
Operações com EGF: 52.257.587 kg

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: +2,2%
Produção prevista: 5,1 milhões de t
Safra anterior: 4,17 milhões de t
Causas da variação na produção: bom desempenho da lavoura em termos de produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita em intensificação
Rendimento médio: 2.360 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$250,00/ Cr$260,00/ saca 60 kg

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: +3,5%
Produção prevista: 3,17 milhões de t
Safra anterior: 1,81 milhão de t
Causas na variação na produção: maiores áreas e produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (cerca de 1/3 da área já colhidos)
Rendimento médio: 1.714 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$310,00 / saca 60 kg

MINAS GERAIS

Variação na área: +9,5%
Produção prevista: 3 milhões de t
Safra anterior: 2,6 milhões de t
Causas da variação na produção: principalmente devido à expansão da área
Estágio atual da lavoura: colheita (menos de 20% da área já colhida)
Rendimento médio: 1.720 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 290,00/ Cr$ 300,00/saca 60 kg

SANTA CATARINA

Variação na área: +18,7%
Produção prevista: 2,99 milhões de t
Safra anterior: 1,71 milhão de t
Causas na variação na produção: expressivos aumentos da área e da produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (35% da área já colhidos)
Rendimento médio: 2.500 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 270,00/ Cr$ 290,00 / saca 60 kg

SÃO PAULO

Variação na área: +7,4%
Produção prevista: 2,51 milhões de t
Safra anterior: 2,28 milhões de t
Causas na variação na produção: crescimento da área plantada
Estágio atual da lavoura: colheita em andamento
Rendimento médio: 2.220 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 280,00/ Cr$ 290,00 / saca 60 kg

GOIÁS

Variação na área: –3,6%
Produção prevista: 1,55 milhão de t
Safra anterior: 1,78 milhão de t
Causas da variação na produção: redução da área e da produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (entre 5 e 10% da área já colhida)
Rendimento médio: 1.910 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 245,00/ Cr$ 260,00 / saca 60 kg

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

SOJA

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: março/abril
Produção prevista: 15,3 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 10,2 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 12,5 milhões de t (safra 1976/77)
Causas da variação na produção: recuperação dos rendimentos normais após dois anos de frustração de safra
Estágio atual da lavoura: final de colheita
Fatores críticos neste estágio: –
Operações com EGF: 772.175.925 kg

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: –4%
Produção prevista: 6,04 milhões de t
Safra anterior: 3,6 milhões de t
Causas da variação na produção: recuperação da produção após uma safra prejudicada pela seca
Estágio atual da lavoura: final de colheita
Rendimento médio: 1.530 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 525,00/ saca 60 kg

PARANÁ

Variação na área: +3,4%
Produção prevista: 5,46 milhões de t
Safra anterior: 4,05 milhões de t
Causas na variação na produção: clima favorável
Estágio atual da lavoura: a colheita se encontra praticamente encerrada
Rendimento médio: 2.257 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 500,00/ saca 60 kg

MATO GROSSO DO SUL

Variação na área: +30%
Produção prevista: 1,27 milhões de t
Safra anterior: 827 mil t
Causas da variação na produção: expansão da área plantada
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.600 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 490,00/ saca 60 kg

SÃO PAULO

Variação na área: +5%
Produção prevista: 1 milhão de t
Safra anterior: 850 mil t
Causas da variação na produção: clima favorável
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.800 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$510,00/ saca 60 kg

Agroanalysis, 4 (6) : - 26 - 38, junho/1980

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

TRIGO

BRASIL

Início da colheita: setembro
Pico da safra: outubro/novembro
Produção prevista: 2,4 a 2,9 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 2,84 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 3,2 milhões de t (1976)
Causas da variação na produção: redução da área plantada, principalmente no Rio Grande do Sul onde se verificou violenta quebra, em 1979
Estágio atual da lavoura: plantio
Fatores críticos neste estágio: falta de chuvas
Obs.: as estimativas de área e produção ainda são bastante preliminares, sujeitas a ajustamentos posteriores

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: –15%
Produção prevista: 1,1/1,4 milhão de t
Safra anterior: 1,6 milhão de t
Causas da variação na produção: redução da área plantada em função do atraso na liberação dos Valores Básicos de Custeio e do Preço de Garantia
Estágio atual da lavoura: plantio e germinação
Rendimento médio: 1.030 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: –50% a –40%
Produção prevista: 1 a 1,2 milhão de t
Safra anterior: 963 mil t
Causas na variação na produção: violenta frustração da safra de 1979
Estágio atual da lavoura: início de plantio
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

SÃO PAULO

Variação na área: –20%
Produção prevista: 140 a 160 mil t
Safra anterior: 190 mil t
Causas da variação na produção: atraso na liberação dos Valores Básicos de Custeio e do Preço de Garantia causaram uma redução na área plantada
Estágio atual da lavoura: germinação e início de espigamento
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

MATO GROSSO DO SUL

Variação na área: –11%
Produção prevista: 100 mil t
Safra anterior: 70 mil t
Causas na variação na produção: maior produtividade, caso não ocorram problemas climáticos
Estágio atual da lavoura: germinação e início de espigamento
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

15/5 a 28/5

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros (80 jul, 80 set, 80 nov, 81 jan, 81 mar, 81 mai, 81 jul)	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	–73%	–31%	33,44 (jul)	+3% +5%	↗	Baixa cotação dos metais preciosos e escassez de oferta de açúcar impulsionam os preços.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, Cotton World Stat.	–9%	+5%	78,07	+1% –2%	↘	A recessão que já atinge os principais produtores de têxteis torna as aquisições de algodão mais morosas.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+54%	+20%	105,40 (jul)	+4% +14%	→	– Mercado internacional começa a ser sustentado por países produtores. – Tendência de baixa permanece, apesar de desacelerada.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	–12%	–3%	195,93 (jul)	+6% 0%	↗	Procura por café deverá permanecer aquecida devido ao crescente risco de geadas no sul do Brasil. As exportações brasileiras deverão sofrer novo impulso quando o IBC abrir registro para embarques em agosto, medida que é esperada para os próximos dias.

* **Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

Agroanalysis, 4 (6) : - 26 - 38, junho/1980

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 jul	80 set	80 nov	81 jan	81 mar	81 mai	81 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+12%	−4%	262,75	+6%				+21%			→	Cerca de 80% do "carry-over" norte-americano estimado para 1º de outubro encontram-se fora do mercado, no programa de reserva de grãos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+35%	−4%	603,70	+4%				+15%			→	Apesar do bom desenvolvimento do plantio nos EUA, o aumento das exportações e do esmagamento (12% superior à quantidade processada no mesmo período de 1978/79) reflete firmeza da demanda.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+29%	−7%	166,33	+4%				+15%			→	– Aumento do consumo interno norte-americano. – Acirramento da concorrência entre o produto brasileiro e o dos EUA.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+8%	−2%	405,25%	+3%				+16%			→	Possibilidade de redução da área plantada na Argentina, causada por inundação. – Maior concorrência entre países exportadores.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6-Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	–20%	–10%	1.061,17	→	Preços elevados, em função de certo aperto no suprimento de fibras melhores, esfriam compras. Expectativa de importação também contribui para moderar alta nos preços.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	–6%	– 7%	1.255,00	→	Governo anuncia liberação de estoques da CFP para RJ, SP e Brasília. Se a medida for adotada, preços poderão cair.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	–15%	–10%	5.360,00	→	Torrefadoras continuam pedindo eliminação do subsídio e liberação do preço no varejo. Reaquecimento da demanda interna por cafés de exportação quando da abertura do registro para agosto. Até lá, o preço do café 7/8 continuará refletindo um mercado fraco.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	+2%	+1%	1.150,00	→	– Oferta reduzida de animais para abate causa elevação nominal de preços em plena safra. – Abates reduziram-se em 10% (SP) no 1º trimestre.

* **Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

Agroanalysis, 4 (6) : - 26 - 38, junho/1980

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

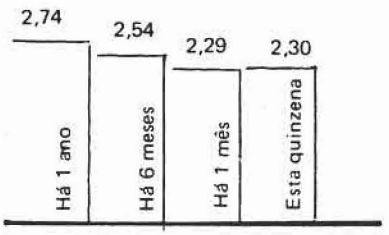
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	–20%	+6%	1.255,20 **	→	– Entrada da safra mantém pressionadas as cotações de feijões de cores em SP. – Inexistência de feijão preto no Gde Rio é atribuída à estocagem, pelos produtores, na expectativa da supressão do tabelamento.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+4%	+11%	29,90	→	Demanda em retração sazonal.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	–15%	+4%	314,50	↗	Indústrias de rações e de alimentos agilizam suas compras para formação de estoques.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+7%	+2%	529,75	↗	Uma intensificação das exportações – tanto do grão quanto dos derivados – pode levar a uma maior disputa pela matéria-prima.

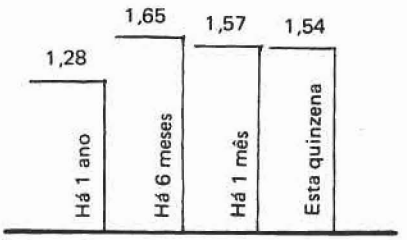
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV ** Produto tabelado

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

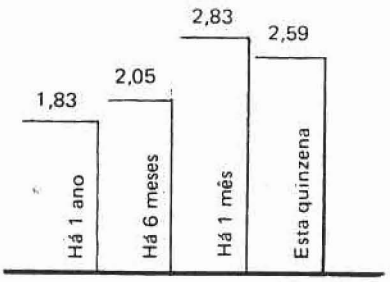
Soja / Milho



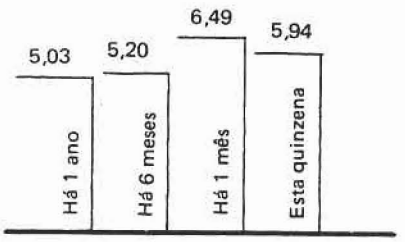
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

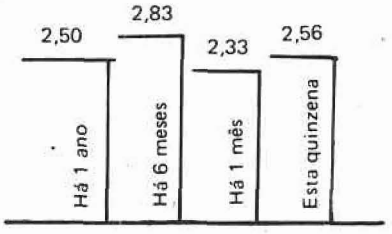


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

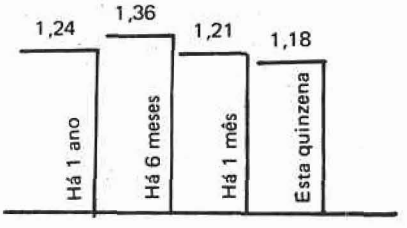
NOTA: Mantiveram-se praticamente inalterados, esta quinzena, os preços relativos soja/milho e trigo/milho, em comparação com aqueles de há um mês. * * * Esta quinzena, a relação de preços algodão/soja apresenta valor 8,5% inferior àquele observado um mês antes. Explica-se tal mudança pela recuperação observada no preço da soja, após a fase conturbada pela qual passou este mercado quando das negociações brasileiras para a extinção do Imposto de Exportação sobre a leguminosa. No período, a cotação do algodão não variou, pois contrabalançaram-se fatores altistas e baixistas: aqueles, representados pelo fato de o estoque mundial do produto estar abaixo da demanda adicional prevista para os próximos 4 meses; estes, pela desaceleração das compras internacionais de algodão devido à perspectiva de recessão econômica e ao custo de estocagem nos principais países produtores de têxteis. * * * Inferior em 8,5% ao valor registrado 1 mês antes, o preço relativo algodão/milho desta quinzena reflete o aumento observado no período na cotação do cereal, a partir do fator altista representado pelo fato de 70% do **carryover** norte-americano de milho, estimado para 30 de setembro, estarem fora do mercado, incluídos no programa de reserva de grãos do governo dos EUA.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

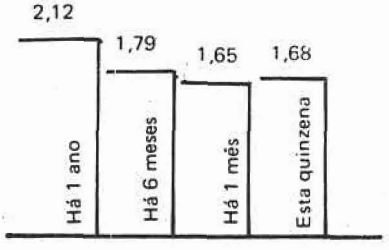
Boi Gordo
Frango Abatido



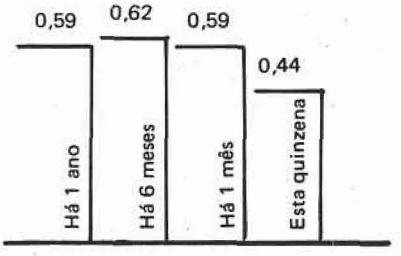
Frango Abatido
Ração Ave Corte



Soja
Milho



Feijão Preto
Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Elevou-se em 9,9% o preço relativo boi gordo/frango vivo, esta quinzena, em comparação à posição de ha um mês. Ao aumento de 5,1% ocorrido no período, no preço da arroba do boi gordo (conseqüência de uma menor oferta de animais para abate), associou-se a desvalorização de 4,5% do preço do frango (dada a conjugação da queda sazonal da demanda com uma oferta elevada). Observe-se que este preço relativo situa-se em patamar 9,5% abaixo daquele observado há 6 meses, significando retração do potencial de competitividade da carne de aves frente à bovina. *** A queda de 4,5% ocorrida no preço nominal da ave viva, esta quinzena, aliada à manutenção do preço da ração no período, causou queda semelhante no preço relativo ave/ração. A compressão da margem de lucro dos avicultores atinge, assim, ponto bastante crítico, pois o atual valor apresenta-se 5,0% mais reduzido do que aquele verificado em igual período do ano passado. Observe-se, ademais, que, enquanto (em termos reais) o atual preço da ave, comparado àquele vigente há 12 meses, desvalorizou-se em 4,1% a cotação da ração denotou ganho de 1,1%. *** A reduzida movimentação do mercado da soja e a relativa estabilidade da cotação do milho explicam a pequena variação observada no atual preço relativo soja/milho em cotejo com o de 1 mês atrás. No caso da soja, (valorização de 4,0% no período), tal fenômeno pode ser encarado mais como sustentação das cotações, proveniente da colocação de grande quantidade do produto gaúcho em EGF, o que acirrou a competição das indústrias pela obtenção da leguminosa. *** Conseqüência das notícias de quebra da atual safra de feijão, a súbita valorização das variedades de cores no mercado de São Paulo (33,3% durante a última quinzena) provocou queda de 25,0% no atual preço relativo feijão preto/feijão de cores frente àquele de há 1 mês.

Impresso na


COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO ,128
TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 266–1512
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – R J

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor, em exercício: Janes Angelo de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Antônio Carlos Lemgruber